



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2022**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 08675.001095/2022-71)**

Torna-se público que a União, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL - SPRF/DF, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

**Data da sessão: 16/08/2022.**

Link: Portal de Compras - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Horário da Fase de Lances: 09:00h às 15:00h (*horário de Brasília*)

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para confecção, fornecimento e instalação de Serviços de Comunicação e Identidade Visual do edifício locado para instalação da sede administrativa da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal (SPRF-DF), de acordo com o Regulamento de Identidade Visual da PRF, localizado em Sia Trecho 2 SIA Trecho 3 Lotes 2005/2015, Zona Industrial do - Guará, Brasília - DF, 71065-310.

1.2. O critério de julgamento adotado será o ***menor preço***, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a

ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. *sociedades cooperativas*.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Projeto Básico*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, após o prazo limite estabelecido pelo sistema para abertura das propostas.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexo;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. *Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso), caso a funcionalidade esteja disponível no sistema.*

3.10.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

3.10.1.1. *Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;*

3.10.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

3.10.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

#### 4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 9:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.*

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,30 (*trinta centavos de real*).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação no sistema eletrônico e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.



5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 5.5.1. conter vícios insanáveis;
- 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances, que deverá apresentá-los em até 2 (duas) horas contados a partir da solicitação.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação. Neste caso, o prazo de apresentação da documentação complementar será de até 2 (duas) horas, contados a partir da solicitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensão, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Nota de Empenho.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para o aceite da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-la mediante meio eletrônico, para que seja confirmado o aceite no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.*

7.2.2. O prazo previsto para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
  - 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
  - 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia

útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.14. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.15. ANEXO II - Projeto Básico;

#### Assinatura da autoridade competente

PRF

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CARVALHO CURCINO GONTIJO, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal substituto(a)**, em 05/08/2022, às 15:22, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **42929055** e o código CRC **791668D3**.



Referência: Processo nº 08675.001095/2022-71



SEI nº 42929055



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**DISPENSA ELETRÔNICA 02/2022**

**1. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- 1.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.6. prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA PATRICIA ALVES SANTANA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 05/08/2022, às 10:27, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **42929164** e o código CRC **0D434784**.



Referência: Processo nº 08675.001095/2022-71



SEI nº 42929164



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

**PROJETO BÁSICO**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para confecção, fornecimento e instalação de Serviços de Comunicação e Identidade Visual do edifício locado para instalação da sede administrativa da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal (SPRF-DF), de acordo com o Regulamento de Identidade Visual da PRF, localizado em SIA Trecho 2 SIA Trecho 3 Lotes 2005/2015, Zona Industrial do - Guará, Brasília - DF, 71065-310, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

**1.1.1. Item 1: Serviço de confecção, fornecimento e instalação de Comunicação Visual**

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)	VALOR estimado UNITÁRIO (B)	VALOR estimado TOTAL (A*B)	VALOR MAX ADMITIDO DO ITEM
1	1.1	Sistema de Sinalização Modular.	50	R\$ 237,00	R\$ 11.850,00	R\$ 36.467,00
	1.2	Letra caixa com Emblema da PRF	01	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	
	1.2.1	Letra caixa com Letras da PRF	01	R\$ 2.870,00	R\$ 2.870,00	
	1.3	Adesivo Mapa estratégico com impressão digital	06	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00	
	1.4	Adesivo Missão, Visão e Valores com impressão digital	14	R\$ 120,00	R\$ 1.680,00	
	1.5	Sistema de Sinalização Modular nos andares	05	R\$ 1.927,00	R\$ 9.635,00	
	1.6	Placas de vidro - Fotos do Presidente e do MJSP	04	R\$ 1.558,00	R\$ 6.232,00	

1.2. Identificação CNAE: 3299-0/03 Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de comunicação visual.

1.4. O regime de execução do contrato será o de **menor preço do item**.

1.5. **Local de entrega e instalação de todos os subitens:** SIA Trecho 2 SIA Trecho 3 Lotes 2005/2015, Zona Industrial do - Guará, Brasília - DF, 71065-310.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O Manual de Identidade Visual - versão 6.0 (MIV v6.0) contempla a padronização de linhas, cores, formas e proporções. Além disso, o regulamento cumpre a finalidade de apresentar a filosofia da PRF a partir dos símbolos que a expressam. A linguagem simbólica, aplicada a edificações, viaturas,



uniforme, material midiático e qualquer outro canal de comunicação visual, tem por propósito a consolidação da excelência institucional por meio da marca e da valorização da tradição institucional.

2.2. Nessa seara, as Edificações da PRF são elementos com grande representatividade no que se refere à identidade institucional da Polícia Rodoviária Federal. Dessa forma, a padronização da aparência predial é fundamental para a coerência da imagem e para a fácil identificação da instituição pela sociedade.

2.3. No cenário atual, a Superintendência no Distrito Federal está localizada em um edifício em que não é de exclusividade da PRF, sendo que metade do edifício é alugado para outras empresas. Assim, a necessidade de destacar a correta localização da PRF, que se encontra na parte de trás do prédio é mister. Além disso, as placas de identificação externas existentes já estão desgastadas pelo tempo e desatualizadas em relação ao regulamento MIV v6.0. Para solucionar esse problema faz-se necessário a aquisição de totens e placas externas para destacar visualmente o edifício e assim dar a importância devida da SPRF-DF.

2.4. Na parte interior do edifício há uma grande necessidade de realizar melhorias na identificação visual dos ambientes. Hoje as identificações são improvisadas em folhas de papel impressas de maneira artesanal e coladas nos ambientes, para garantir um mínimo de organização. Seguindo o MIV v6.0, faz-se necessário adquirir placas de identificação das salas, placas de identificação nos andares, placas de sinalização complementares, adesivos de identificação visual nos andares, além da atualização dos quadros institucionais de missão, visão e valores que hoje encontram-se desatualizados.

2.5. Com o advento da Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e da IN 67/2021/SEGES, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, houve alterações nos valores permitidos para contratação mediante Dispensa de Licitação e novas determinações quanto ao computo de fracionamento de despesa, conforme abaixo:

IN 67/2021/SEGES Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses: II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; § 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Lei 14.133/2021, Art 75 Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados: I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

2.6. Com base nos atuais normativos, e conforme análise, não foram observados gastos no ano de 2022 para o CNAE: 3299-0/03, assim, sugerimos a aquisição mediante procedimento de dispensa eletrônica, de acordo com o art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

2.7. A aquisição não encontra-se registrada no PGC/PAC 2022, assim, será solicitada sua inserção tardia

## 2.8. **JUSTIFICATIVA SUBITENS**

2.9. Os subitens fazem parte do serviço a ser contratado - confecção e instalação de comunicação visual. Todos os subitens necessitam de padronização quanto ao material, a cor e qualidade, sendo tecnicamente exigível que sejam todos feitos pela mesma empresa. Ademais, a coleta de orçamentos foi realizada prevendo-se vantajosidade na contratação de um único item, com contratação do serviço e ganho em economia de escala a partir do aproveitamento de materiais pelos

fornecedores (chapas metálicas, adesivos, plotters, mão de obra). É prática de mercado que a aquisição individualizada encarece o objeto, justamente devido ao desperdício de material, visto que os insumos neste tipo de fabricação, são vendidos em metragens padronizadas para confecção em larga escala. Junta-se a isso o custo de frete e de instalação, que, unificado em um único serviço, é diluído no preço final.

### **3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

3.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a serem contratados mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamentada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.

3.2. O valor estimado para a aquisição é de R\$ 36.467,00 (trinta e seis mil quatrocentos e sessenta e sete reais)

3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.1. Deverão estar incluídos na proposta todos os custos referentes a serviços, materiais, equipamentos, frete, instalação e remoção do atual adesivo que está na fachada principal, bem como o prazo de execução dos serviços objeto deste Projeto Básico.

4.2. Os conteúdos e as artes da publicidade institucional serão fornecidos pela SPRF/DF, através da área de infraestrutura predial, cabendo à CONTRATADA os ajustes necessários para a correta impressão nos formatos solicitados, bem como aos equipamentos utilizados.

4.3. A CONTRATADA será inteiramente responsável pela fabricação, fornecimento e instalação (fixação) interna e externa de todos os elementos descritos no item 1.1, assim como pela remoção do atual adesivo afixado na fachada principal.

4.4. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela execução e segurança da estrutura e fixação dos elementos de comunicação e de todo o processo de instalação, cabendo a ela propor quaisquer alterações que visem melhorar a qualidade do sistema, garantindo plena solidez e segurança do serviço entregue, cabendo a ela eventuais ônus por alterações.

4.5. A CONTRATADA deverá produzir os elementos descritos em 1.1 de acordo com a boa técnica do mercado de comunicação visual, utilizando sempre materiais e equipamentos de boa qualidade, atentando ainda para todas as especificações técnicas deste Projeto Básico, em especial as a seguir descritas, além das orientações e solicitações da FISCALIZAÇÃO.

- **Subitem 1.1: Sistema de Sinalização Modular**

Serviço de confecção e instalação de sistema de sinalização modular (permite o remanejamento das informações de uma placa para outra pela própria Administração, reduzindo custos de manutenção), composto por perfis de alumínio extrudado anodizado fosco, evitando o uso de material brilhoso e de alta reflexão, conforme item 5.2.9.1.2.2 da ABNT NBR 9050:2015, com 5 anos de garantia contra corrosão. FIXAÇÃO: Fita duplaface de alta performance, estando na porta do ambiente, a 1,6mts de altura da base. A fixação deve permitir a retirada das placas, sem danificá-las, para que caso haja mudanças de salas retire-se apenas as placas de identificação (placas deslizantes). Medida: L = 28,5cm . A = 15,5cm

TAMANHO : 28,5 x 15,5 cm. QUANTIDADE: 4

TAMANHO: 28,5 X 12,3 cm. QUANTIDADE: 46

SISTEMA FLEX DESLIZANTE: 6,2 e 3,1 cm (Livre - em verde, Ocupado em vermelho)

QUANTIDADE: 02 placas com o título "Sala de Reunião", (Livre - em verde, Ocupado em vermelho) e 02 placas conforme o arquivo em anexo Placas corregedoria.pdf (SEI Nº 40578852)

TIPOLOGIA: A tipologia utilizada para o nome da sala é a Fira Sans Light, Tamanho: 60pt, justificada à direita e subtexto opcional em Fira Sans Regular, tamanho: 25pt, ambos justificados à direita, respeitada a margem de 10mm da borda da placa.



Figura 01 - Placa da sala de reunião (Página 218 MIV v.6 - adaptada)

- Subitem 1.2.: Letra caixa com Emblema da PRF**

Letra caixa com Emblema da PRF. Inclui serviço de remoção do adesivo anterior e instalação da nova aquisição. Deverá ter com 5 anos de garantia contra corrosão. Medida: L = 123 cm A = 150 cm

Serviço de confecção e instalação de letras tipo caixa fabricadas em chapa de aço, bitola #22. Fixação à parede através de suportes especiais em pino utilizando um gabarito para furação na superfície onde será instalada para garantia de espaçamento e alinhamento. Logo com adesivo aplicado e envernizado. O emblema será afixado em altura correspondente ao terceiro andar do prédio. Toda a infraestrutura de frete e instalação em altura deverá ser fornecida pela contratada.

TIPOGRAFIA: Foi convencionada a família de fontes Swis721 para compor as inscrições do Emblema PRF. Na inscrição "POLÍCIA" deverá ser usada a fonte Swis721 Black Extended com modificações para compor o acento da letra "i". A mesma fonte é usada para compor as inscrições "RODOVIÁRIA" e "FEDERAL", com curvaturas harmônicas ao listel.

EMBLEMA OFICIAL PRF: 70% da altura da área onde será feita a aplicação.

Malha de Construção 0 10 20 24 12 A malha de construção permite a visualização e análise dos espaçamentos e proporções entre os elementos que compõem o emblema. A malha do emblema da Polícia Rodoviária Federal é constituída por 20 módulos na horizontal e 24 na vertical. (Ver Página 30, 31 e 36 MIV, em anexo Nº SEI 39761980.).

No emblema da PRF deverá ainda ser aplicado adesivo impresso em alta resolução, em UV, envernizado após a aplicação

Fachada atual: local de remoção e instalação, em altura, equivalente ao terceiro andar do prédio. A CONTRATADA será inteiramente responsável pela instalação/fixação do elemento na fachada externa do prédio, bem como pelo dimensionamento da estrutura e segurança de todo o sistema, bem como dos seus funcionários.



Figura 04 - Página 30 MIV v.6

- **Subitem 1.2.1.: Letra caixa com Letras da PRF.**

Letra caixa com Letras da PRF (cor branca) , fabricada em chapa de aço, bitola #22, serviço de confecção, remoção do adesivo anterior e instalação da nova, com 5 anos de garantia contra corrosão . Medida: L = 55cm A = 60 cm (01 Conjunto de letras escrito PRF)

As letras serão fornecidas pintadas, com pintura eletrostática.



Figura 05 - Página 48 MIV v.6 - Figura ilustrativa de como deve ficar o conjunto do item 2 e item 3 (a original terá o PRF na cor branca)

- **Subitem 1.3.: Adesivo Mapa estratégico com impressão digital**

Adesivo Mapa estratégico com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas, serviço de confecção, remoção da película anterior e instalação das novas películas em área de vidro Medida: L = 100 cm A = 65 cm

MATERIAL: Adesivo com impressão digital de alta resolução aplicado entre lâminas de vidro. ;

Será comprado apenas os adesivos das placas, pois serão substituídas das placas já existentes. Retirada dos adesivos desatualizados dos vidros e substituição pela impressão atual (total de 06);

LOCALIZAÇÃO: SUPEX, Superintendente, 1ª Delegacia, 2ª Delegacia, UOP Ceilândia, UOP de Simolândia.



Figura 06 - MIV v.6 página 235

- Subitem 1.4.: Adesivo Missão, Visão e Valores com impressão digital**

Adesivo Missão, Visão e Valores com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas, serviço de confecção, remoção da película anterior e instalação das novas películas em área de vidro Medida: L = 60 cm A = 40 cm

MATERIAL: Adesivo com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas;

Será comprado apenas os adesivos das placas, pois serão substituídas das placas já existentes. Retirada dos adesivos desatualizados dos vidros e substituição pela impressão atual (total de 14);

LOCALIZAÇÃO: A placa ficará localizada na área interna fixada na parede de todas as edificações PRF, em local de visualização estratégica. Para cada Unidade Operacional serão entregues duas placas e na superintendência serão (frente do protocolo - térreo, 1º, 2º, 3º e 4º andares, salas dos chefes da: SAD, SEOP, GABINETE, Superintendente, NUCOM, 1ª Delegacia, 2ª Delegacia, UOP Ceilândia, UOP Simolândia.)



Figura 07 - MIV v.6 página 235

- Subitem 1.5.: Sistema de Sinalização Modular nos andares**

Sistema de Sinalização Modular nos andares. Serviço de confecção e instalação de sistema de sinalização modular (permite o remanejamento das informações de uma placa para outra pela própria Administração, reduzindo custos de manutenção), composto por perfis de alumínio extrudado anodizado fosco, evitando o uso de material brilhoso e de alta reflexão, conforme item 5.2.9.1.2.2 da ABNT NBR 9050:2015, com 5 anos de garantia contra corrosão. Medida: L = 50 cm A = 74 cm

MEDIDA PADRÃO: 50 x 74 cm

SISTEMA: Flex Plano 9,3 cm e 3,1cm

Flex Plano Deslizante 6,2 cm

MATERIAL EXTRA: Capa anti-reflexo

PERSONALIZAÇÃO: Régua 3,1cm: impressão de adesivo vinílico

Régua 6,2cm (deslizante): impressão em papel couchê AP240

Régua 9,3 cm: impressão em adesivo vinílico, cor bbbec0

ACABAMENTO LATERAL: ABS Cinza

FONTE E COR DAS LETRAS: Fira Sans Medium Azul PRF

INSTALAÇÃO: aplicação contraposta, colada com fita dupla face na superfície a ser instalada

DESCRIÇÃO DAS PLACAS DE 6,2 CM:

- TÉRREO: Atendimento ao Público; Comando e Controle; Gestão Patrimonial.

- 1º ANDAR: Administração; Frota Veicular; Infraestrutura Predial; Licitação; Gestão de Pessoas; Saúde do Servidor; Refeitório; Sala de Colaboradores.

- 2º ANDAR: Tecnologia da Informação e Comunicação; Operações, Gestão Operacional; Segurança Viária; Comando de Operações Especiais; CADA; JARI.

- 3º ANDAR: Corregedoria; Inteligência; Comunicação Social; Superintendência Executiva; Educação Corporativa; Governança e Controle Interno; Chefia de Gabinete; Gabinete do Superintendente

- 4º ANDAR: Auditório; Sala de Instrução.

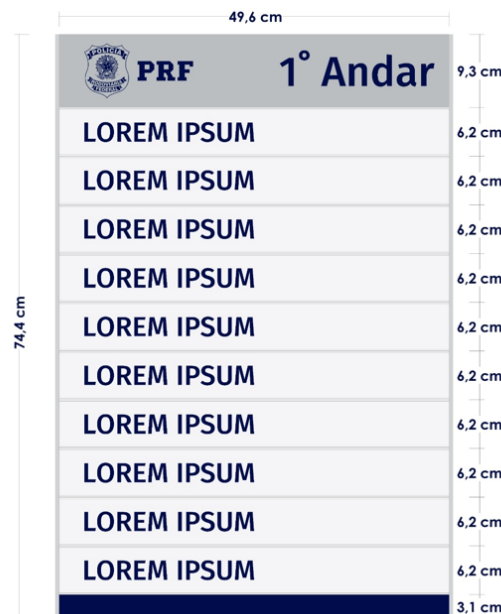


Figura 08 - Para os andares Térreo, 1º, 2º, 3º e 4º

- Subitem 1.6.: Placas de vidro - Fotos do Presidente e do MJSP**

Placas de vidro - Fotos do Presidente e do MJSP - 2 lâminas de vidro temperado de 4mm cada e adesivo com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas (incluir as fotos). FIXAÇÃO em 4 Espaçadores cromados (2cm afastamento da parede). Sendo 2 fotos do Presidente da República e 2 fotos do Ministro da Justiça e Segurança Pública. Foto disponível na página <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanheoplanalto/foto-oficial> Medida: L = 40 cm A = 60 cm

MATERIAL: 2 lâminas de vidro temperado de 4mm cada e adesivo com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas (incluir as fotos);

FIXAÇÃO: Espaçadores cromados;

TAMANHO: 40 (largura) x 60 cm (altura). Foto proporcional.

QUANTIDADE: 02 do presidente e 02 do Ministro da Justiça e Segurança Pública.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

5.2. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste Projeto Básico.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **DEVERÁ** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 11 horas às 16 horas, devendo ser agendada antecipadamente pelo telefone **(61) 3395 5675**.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso de Dispensa Eletrônica, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Mobilização da contratada, que consistirá na preparação da equipe, compra de materiais;

7.1.2. Entrega à FISCALIZAÇÃO da ART ou RRT dos serviços, devidamente assinada pelas partes, quando exigíveis por força de normativo legal;

7.1.3. Conferência das medidas e quantitativos "in loco";

7.1.4. Produção dos elementos de identificação/comunicação visual objeto da contratação;

7.1.5. Apresentação à FISCALIZAÇÃO de plano de instalação;

7.1.6. Transporte dos materiais, equipamentos e ferramentas para o local de entrega dos serviços contratados;

7.1.7. Instalação dos elementos de comunicação visual da área externa, nos locais indicados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, segundo especificação deste Projeto Básico;

7.1.8. Instalação dos elementos de comunicação visual dos ambientes internos do edifício, nos locais indicados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, segundo especificação deste Projeto Básico;

7.2. A Execução dos serviços de comunicação visual deverá obedecer às normas pertinentes e as especificações constantes deste Termo de Referência e de proposta, em especial a **NR n.º 35 do MTE (Trabalho em Altura)**, com a alocação dos empregados qualificados necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, além de fornecer e utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades mínimas especificadas neste Projeto Básico, na proposta comercial e em legislação específica.

7.3. Os locais de instalação e a disposição dos elementos publicitários na edificação deverá ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO a ser designada pela CONTRATANTE.

7.4. A fixação dos elementos das fachadas externas da edificação deverá obedecer às normas técnicas vigentes, em atenção ainda às regulamentações instituídas pelo Código de Posturas do Distrito Federal.

7.5. Todos os elementos de comunicação visual deverão ser fabricadas na sede da Contratada, ficando apenas os procedimentos de montagem final para serem realizados no local da instalação.

7.6. Todas as placas deverão ser entregues e instaladas no edifício localizado em SIA Trecho 2 SIA Trecho 3 Lotes 2005/2015, Zona Industrial do - Guará, Brasília - DF, 71065-310

7.7. A execução dos serviços **deverá ser iniciada em até 5 dias após a emissão da ordem de serviço**, momento em que iniciará a contagem do prazo de execução definido neste PB.

7.8. O prazo previsto para a execução dos serviços é de **90 dias** corridos.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.4. A comunicação entre a administração do órgão contratante e a prestadora de serviços será efetuada, preferencialmente, por meio de comunicação escrita, via notificação eletrônica (e-mail), ou pelos correios. Em casos de urgência, a comunicação poderá ser feita por telefone.

8.5. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, endereço eletrônico para recebimento de e-mails, devendo observar, diariamente sua caixa postal, a fim de receber solicitações, notificações e demais comunicações oficiais que fazem relação ao vínculo contratual.

8.6. A Contratada deverá acompanhar o recebimento dos e-mails encaminhados pela Contratante, devendo confirmar o recebimento sempre que solicitado.

8.7. Com vistas a economicidade, para comunicações oficiais entre a contratante e a contratada, deverá ser utilizada, preferencialmente, o envio eletrônico de documentos, sendo que a assinatura eletrônica em documentos oficiais e a resposta de correspondências eletrônicas, servirão para comprovação de notificação da contratada, sendo a data de assinatura ou de resposta tomada como base para fins de aferição de prazos previstos neste Termo e no Contrato.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.



- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
  - 9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
  - 9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 9.10. Exigir da Contratada como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto:
- 9.10.1. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, os serviços fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à

Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento às normas disciplinadoras instituídas pelo Código de Posturas do Município de Goiânia;

10.9. Responsabilizar-se pela obtenção de autorização prévia do órgão competente da Prefeitura de Goiânia, quando exigida.

10.10. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

10.11. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.12. Observar e cumprir as exigências das normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais organismos internacionais;

10.13. Observar e cumprir as exigências das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial as referentes aos trabalhos em altura;

10.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.15. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da contratação;

10.17. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este documento, no prazo determinado;

10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.19. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste documento;

10.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.21. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela CONTRATANTE;

10.22. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

10.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

10.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.27. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;

10.28. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá e uniforme;

10.29. Apresentar à CONTRATANTE, quando solicitado pela Administração, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

10.30. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

10.31. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste documento;

10.32. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

10.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

10.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

10.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

10.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste documento e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos, de baixa qualidade ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

10.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

10.37.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que

existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

10.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

10.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados.

13.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

13.4. A FISCALIZAÇÃO do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais.

13.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de FISCALIZAÇÃO ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

#### 14. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.2. No prazo de até **5 dias corridos** do adimplemento do objeto, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de FISCALIZAÇÃO após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

14.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final do período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega de Instruções exigíveis.

14.3.2. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de FISCALIZAÇÃO deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até **30 (trinta) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela FISCALIZAÇÃO e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela FISCALIZAÇÃO.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela FISCALIZAÇÃO.

14.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

15.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril

de 2018.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas, além de consultas ao CEIS, CNJ e TCU.

15.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6 / 100)$	$I = 0,00016438$
------------	-----------------	------------------

			TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

## 16. REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevoluáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 17. GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em função do valor do contrato, do prazo de execução e das características da contratação.

## 18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA.

18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA.

18.3. Os critérios de aceitabilidade de preços será de valor máximo admitido, qual seja **R\$ 52.317,00 (cinquenta e dois mil trezentos e dezessete reais)**

18.4. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço do item**.

18.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA, ou conforme a Lei nº 14.133, de 2021.

## 19. DAS SANÇÕES

19.1. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

19.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- I - Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- II - multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- III - multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- IV - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.4. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## 20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

20.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA, ou conforme a Lei nº 14.133, de 2021.

## 21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. Conforme Declaração de Disponibilidade Orçamentária, anexa aos autos.

## 22. DA VIGÊNCIA

22.1. A vigência da contratação será de 90 dias após o recebimento a nota de empenho.

## 23. ANEXOS

23.1. Anexo A - Critérios de Sustentabilidade

23.2. Anexo B - Modelo de envio de proposta

- 23.3. Anexo C - Declaração de Vistoria
- 23.4. Anexo D - Modelo das Placas

O presente documento segue assinado pelo integrante técnico da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição de Equipe de Planej. da Contratação, Portaria 132 (42475596)

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA PATRICIA ALVES SANTANA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 05/08/2022, às 11:01, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO FORLIN PEREIRA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 09/08/2022, às 11:51, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **42928392** e o código CRC **33E9DA41**.

SIA Trecho 2, Lotes 2005/2015 - Bairro Zona Industrial (Guará), Brasília / DF, CEP 71200-029 Telefone: (61) 3395-9300 - E-mail:



Referência: Processo nº 08675.001095/2022-71



SEI nº 42928392



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

**ANEXO A**

**MODELO DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de contratada, atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa Nr 01, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Por ser expressão da verdade, firmamos presente.

CIDADE/ESTADO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

Representante legal

RG:

CPF:

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA PATRICIA ALVES SANTANA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 05/08/2022, às 08:47, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO FORLIN PEREIRA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 09/08/2022, às 11:53, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **42928858** e o código CRC **0F55747E**.



Referência: Processo nº 08675.001095/2022-71



SEI nº 42928858



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

**ANEXO-B**

**MODELO DE PROPOSTA**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para confecção, fornecimento e instalação de Serviços de Comunicação e Identidade Visual do edifício locado para instalação da sede administrativa da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal (SPRF-DF), de acordo com o Regulamento de Identidade Visual da PRF, localizado em Sia Trecho 2 SIA Trecho 3 Lotes 2005/2015, Zona Industrial do - Guar, Brasília - DF, 71065-310.

**2. PROPOSTA**

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR SUBITEM (A*B)	VALOR TOTAL ITEM
1	1.1	Sistema de Sinalização Modular.	50	R\$	R\$	R\$
	1.2	Letra caixa com Emblema da PRF	01	R\$	R\$	
	1.2.1	Letra caixa com Letras da PRF	01	R\$	R\$	
	1.3	Adesivo Mapa estratégico com impressão digital	06	R\$	R\$	
	1.4	Adesivo Missão, Visão e Valores com impressão digital	14	R\$	R\$	
	1.5	Sistema de Sinalização Modular nos andares	05	R\$	R\$	
	1.6	Placas de vidro - Fotos do Presidente e do MJSP	04	R\$	R\$	

**3. DADOS DA EMPRESA**

- 3.1. Razão Social:  
3.2. CNPJ:  
3.3. Endereço:  
3.4. Telefone **atualizado**:  
3.5. E-Mail:  
3.6. Banco/Agência/Conta:

**4. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

- 4.1. Nome:  
4.2. RG/UF:  
4.3. CPF:  
4.4. Telefone **atualizado**:  
4.5. E-mail:

**5. DECLARAÇÃO**

- 5.1. Declaramos, para os devidos fins que temos pleno conhecimento e concordamos com todas as cláusulas do Projeto Básico e seus anexos.
- 5.2. Declaramos que os preços cotados contemplam todos os custos necessários à prestação do serviço e/ou fornecimento do bem, tais como: taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outras obrigações que possam incidir direta ou indiretamente sobre o objeto.
- 5.3. Declaramos ter ciência que para celebração de contrato junto a PRF devemos, em tempo hábil, realizar o cadastramento como usuário externo junto ao órgão, no site da PRF (<https://www.gov.br/prf/pt-br/servicos/peticionamento-eletronico>).
- 5.4. Declaramos que a Validade desta Proposta é de 60 (ou mais) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.
- 5.5. Declaramos regularidade perante o FGTS, o INSS, o TST e as Receitas Estaduais e Municipais.

---

Assinatura do Representante legal

---

Local e Data

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA PATRICIA ALVES SANTANA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 05/08/2022, às 08:47, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO FORLIN PEREIRA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 09/08/2022, às 11:53, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **42928931** e o código CRC **CBE43126**.



Referência: Processo nº 08675.001095/2022-71



SEI nº 42928931



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

**ANEXO C - ATESTADO DE VISTORIA**  
**(ELABORAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL**

DISPENSA ELETRÔNICA nº. \_\_\_\_/2022

A empresa \_\_\_\_ (razão social completa)\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_ (endereço completo)\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_ (nome completo), portador do(a) \_\_\_\_ (documento de identificação oficial)\_\_\_\_, abaixo assinado, **ATESTA**, em cumprimento ao disposto no Projeto Básico, informa que visitou minuciosamente o local para a prestação dos serviços, tomando conhecimento das reais condições para execução, bem como que recebeu todas as informações e elementos necessários para perfeita elaboração da proposta de preços.

Local/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 2022.

\_\_\_\_\_  
(assinatura ou rubrica do representante legal da empresa)

CPF nº. \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_

CI/RG nº. \_\_\_\_/órgão emitente/UF

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA PATRICIA ALVES SANTANA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 05/08/2022, às 08:49, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO FORLIN PEREIRA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 09/08/2022, às 11:53, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **42937306** e o código CRC **203E402D**.



**Referência:** Processo nº 08675.001095/2022-71

SEI nº 42937306



# MAPA ESTRATÉGICO

Polícia Rodoviária Federal 2021-2028

## > Missão

Promover a segurança pública, protegendo vidas, garantindo a mobilidade nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União.

## > Visão

Ser referência em inovação, conhecimento e efetividade na segurança pública.

## > Valores

Transparência  
Respeito  
Integridade  
Profissionalismo  
Excelência



## ENTREGAS INSTITUCIONAIS



### SOCIEDADE E GOVERNO

Prevenção e combate qualificado ao crime e às organizações criminosas.

Garantia de trânsito seguro e livre mobilidade nas rodovias federais.

Aprimoramento tecnológico da inteligência e do conhecimento em segurança pública.



## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



### PROCESSOS INTERNOS

Aperfeiçoar as estratégias e os procedimentos para o enfrentamento à criminalidade.

Alavancar as ações para promover mobilidade e segurança viária nas rodovias federais.

Promover a integração e a cooperação interagências nacionais e internacionais.



### PESSOAS/ RECURSOS

Promover a proteção, a valorização e o reconhecimento de nossos profissionais.

Fortalecer a estrutura e a cultura organizacional com foco em resultados.

Investir em soluções tecnológicas inovadoras, seguras, inteligentes, integradas e articuladas com as áreas de negócio.





**PRF**

C3R

Centro de Comando e Controle Regional



**PRF**

Protocolo



**PRF**

Patrimônio



**PRF**

Almoxarifado



**PRF**

Sala de Descompressão



**PRF**

Depósito



**PRF**

SAD

Chefe da Seção de Administração



**PRF**

SAD

Gestão de Contratos





**PRF**

SAD

Orçamento e Finanças



**PRF**

SAD

Infraestrutura Predial



**PRF**

SAD

Licitação



**PRF**

SAD

Gestão de Frota



**PRF**

SAD

Gestão Patrimonial



**PRF**

SAD

Gestão Documental



**PRF**

SGP

Seção de Gestão de Pessoas



**PRF**

SGP

Chefe da Seção de Gestão de Pessoas





**PRF**

SGP

Prosserv



**PRF**

**NUSSAP**

Núcleo de Saúde do Servidor e Administração de Pessoal



**PRF**

**NUSSAP**

Chefe do Núcleo de Saúde do Servidor e Administração de Pessoal



**PRF**

Colaboradores



**PRF**

Refeitório



**PRF**

SETIC

Seção de Tecnologia da Informação e Comunicação



**PRF**

SETIC  
Monitoramento



**PRF**

Data Center





**PRF**

SEOP

Chefe da Seção de Operações



**PRF**

SEOP

Seção de Operações



**PRF**

CADA

Comissão de Análise de Defesa da Autuação



**PRF**

**NPP**

Núcleo de Processamento do Policiamento



**PRF**

JARI

Junta Administrativa de Recursos de Infrações



**PRF**

COE

Núcleo de Comando de Operações Especiais



**PRF**

COE

Chefe do Núcleo de Comando de Operações Especiais



**PRF**

GMT

Grupo de Motociclismo Tático





**PRF**

URSV

Núcleo de Segurança Viária



**PRF**

# URGO

Núcleo de Gestão Operacional



**PRF**

**NPA**

Núcleo de Prevenção de Acidentes



**PRF**

SEINT

Seção de Inteligência



**PRF**

SEINT

Chefe da Seção de Inteligência



**PRF**

# SEINT

Operações



**PRF**

NUCOM

Núcleo de Comunicação Social



**PRF**

NEC

Núcleo de Educação Corporativa





**PRF**

**SUPEX**

Superintendência-Executiva



**PRF**

# SUPERINTENDÊNCIA

Gabinete do Superintendente



**PRF**

Chefia de Gabinete



**PRF**

**NGCI**

Núcleo de Governança e Controle Interno

28,5 cm



**PRF**

6,2 cm

**Corregedoria**  
Assuntos Internos

6,2 cm

**ENTRE**

3,1 cm

15,5 cm

28,5 cm



**PRF**

**Corregedoria**  
Assuntos Internos

**EM AUDIÊNCIA**

6,2 cm

6,2 cm

3,1 cm

15,5 cm

28,5 cm



**PRF**

6,2 cm

Corregedoria

Corregedor(a) Regional

6,2 cm

**ENTRE**

3,1 cm

15,5 cm

28,5 cm



**PRF**

Corregedoria

Corregedor(a) Regional

**EM AUDIÊNCIA**

6,2 cm

6,2 cm

3,1 cm

15,5 cm





**PRF**

Auditório



**PRF**

Sala de Instrução

# Estudo Técnico Preliminar - 4/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08675.001095/2022-71

## 2. Descrição da necessidade

Contratação de pessoa jurídica especializada para confecção, fornecimento e instalação de Serviços de Comunicação e Identidade Visual do edifício locado para instalação da sede administrativa da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal (SPRF-DF), de acordo com o Regulamento de Identidade Visual da PRF, localizado em Sia Trecho 2 SIA Trecho 3 Lotes 2005/2015, Zona Industrial do - Guará, Brasília - DF, 71065-310, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

### Item 1: Serviço de confecção, fornecimento e instalação de Comunicação Visual

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)	VALOR estimado UNITÁRIO (B)	VALOR estimado TOTAL (A*B)	VALOR MAX ADMITIDO DO ITEM
1	1	Sistema de Sinalização Modular.	50	R\$ 237,00	R\$ 11.850,00	R\$ 36.467,00
	2	Letra caixa com Emblema da PRF	01	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	
	3	Letra caixa com Letras da PRF	01	R\$ 2.870,00	R\$ 2.870,00	
	4	Adesivo Mapa estratégico com impressão digital	06	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00	
	5	Adesivo Missão, Visão e Valores com impressão digital	14	R\$ 120,00	R\$ 1.680,00	
	6	Sistema de Sinalização Modular nos andares	05	R\$ 1.927,00	R\$ 9.635,00	
	7	Placas de vidro - Fotos do Presidente e do MJSP	04	R\$ 1.558,00	R\$ 6.232,00	

Identificação CNAE: 3299-0/03 Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos

O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de comunicação visual.

O regime de execução do contrato será o de **menor preço do item**.

**Local de entrega e instalação de todos os subitens:** Sia Trecho 2 SIA Trecho 3 Lotes 2005/2015, Zona Industrial do - Guará, Brasília - DF, 71065-310.

### JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O Manual de Identidade Visual - versão 6.0 (MIV v6.0) contempla a padronização de linhas, cores, formas e proporções. Além disso, o regulamento cumpre a finalidade de apresentar a filosofia da PRF a partir dos símbolos que a expressam. A linguagem simbólica, aplicada a edificações, viaturas, uniforme, material midiático e qualquer outro canal de comunicação visual, tem por propósito a consolidação da excelência institucional por meio da marca e da valorização da tradição institucional.

Nessa seara, as Edificações da PRF são elementos com grande representatividade no que se refere à identidade institucional da Polícia Rodoviária Federal. Dessa forma, a padronização da aparência predial é fundamental para a coerência da imagem e para a fácil identificação da instituição pela sociedade.

No cenário atual, a Superintendência no Distrito Federal está localizada em um edifício em que não é de exclusividade da PRF, sendo que metade do edifício é alugado para outras empresas. Assim, a necessidade de destacar a correta localização da PRF, que se encontra na parte de trás do prédio é mister. Além disso, as placas de identificação externas existentes já estão desgastadas pelo tempo e desatualizadas em relação ao regulamento MIV v6.0. Para solucionar esse problema faz-se necessário a aquisição de totens e placas externas para destacar visualmente o edifício e assim dar a importância devida da SPRF-DF.

Na parte interior do edifício há uma grande necessidade de realizar melhorias na identificação visual dos ambientes. Hoje as identificações são improvisadas em folhas de papel impressas de maneira artesanal e coladas nos ambientes, para garantir um mínimo de organização. Seguindo o MIV v6.0, faz-se necessário adquirir placas de identificação das salas, placas de identificação nos andares, placas de sinalização complementares, adesivos de identificação visual nos andares, além da atualização dos quadros institucionais de missão, visão e valores que hoje encontram-se desatualizados.

Com o advento da Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e da IN 67/2021/SEGES, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, houve alterações nos valores permitidos para contratação mediante Dispensa de Licitação e novas determinações quanto ao computo de fracionamento de despesa, conforme abaixo:

IN 67/2021/SEGES Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses: II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; § 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Lei 14.133/2021, Art 75 Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados: I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Com base nos atuais normativos, e conforme análise, não foram observados gastos nos anos de 2021 e 2022 para o CNAE: 3299-0/03, assim, sugerimos a aquisição mediante procedimento de dispensa eletrônica, de acordo com o art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

A aquisição não encontra-se registrada no PGC/PAC 2022, assim, será solicitada sua inserção tardia

## JUSTIFICATIVA SUBITENS

Os subitens fazem parte do serviço a ser contratado - confecção e instalação de comunicação visual. Todos os subitens necessitam de padronização quanto ao material, a cor e qualidade, sendo tecnicamente exigível que sejam todos feitos pela mesma empresa. Ademais, a coleta de orçamentos foi realizada prevendo-se vantajosidade na contratação de um único item, com contratação do serviço e ganho em economia de escala a partir do aproveitamento de materiais pelos fornecedores (chapas metálicas, adesivos, plotters, mão de obra). É prática de mercado que a aquisição individualizada encarece o objeto, justamente devido ao desperdício de material, visto que os insumos neste tipo de fabricação, são vendidos em metragens padronizadas para confecção em larga escala. Junta-se a isso o custo de frete e de instalação, que, unificado em um único serviço, é diluído no preço final.

## DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Trata-se de serviço comum, não continuado, a serem contratados mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamentada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.

O valor estimado para a aquisição é de **R\$ 52.317,00 (cinquenta e dois mil trezentos e dezessete reais)**

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NUCOM-DF	MONICA MATTOS PELLEGRINI

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Deverão estar incluídos na proposta todos os custos referentes a serviços, materiais, equipamentos, frete, instalação ne remoção do atual adesivo que está na fachada principal, bem como o prazo de execução dos serviços objeto deste Projeto Básico.

Os conteúdos e as artes da publicidade institucional serão fornecidos pela SPRF/DF, através da área de infraestrutura predial, cabendo à CONTRATADA os ajustes necessários para a correta impressão nos formatos solicitados, bem como aos equipamentos utilizados.

A CONTRATADA será inteiramente responsável pela fabricação, fornecimento e instalação (fixação) interna e externa de todos os elementos descritos no item 1.1, assim como pela remoção do atual adesivo afixado na fachada principal.

Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela execução e segurança da estrutura e fixação dos elementos de comunicação e de todo o processo de instalação, cabendo a ela propor quaisquer alterações que visem melhorar a qualidade do sistema, garantindo plena solidez e segurança do serviço entregue, cabendo a ela eventuais ônus por alterações.

### 5. Levantamento de Mercado

Planilha Demonstrativa de Valores (42505835)

Nota Técnica 10 (42512371)

### 6. Descrição da solução como um todo

A CONTRATADA deverá produzir os elementos descritos em 1.1 de acordo com a boa técnica do mercado de comunicação visual, utilizando sempre materiais e equipamentos de boa qualidade, atentando ainda para todas as especificações técnicas deste Projeto Básico, em especial as a seguir descritas, além das orientações e solicitações da FISCALIZAÇÃO.

- **Subitem 1.1: Sistema de Sinalização Modular**

Serviço de confecção e instalação de sistema de sinalização modular (permite o remanejamento das informações de uma placa para outra pela própria Administração, reduzindo custos de manutenção), composto por perfis de alumínio extrudado anodizado fosco, evitando o uso de material brilhoso e de alta reflexão, conforme item 5.2.9.1.2.2 da ABNT NBR 9050:2015, com 5 anos de garantia contra corrosão. FIXAÇÃO: Fita duplaface de alta performance, estando na porta do ambiente, a 1,6mts de altura da base. A fixação deve permitir a retirada das placas, sem danificá-las, para que caso haja mudanças de salas retire-se apenas as placas de identificação (placas deslizantes). Medida: L = 28,5cm . A = 15,5cm

TAMANHO : 28,5 x 15,5 cm. QUANTIDADE: 4

TAMANHO: 28,5 X 12,3 cm. QUANTIDADE: 46

SISTEMA FLEX DESLIZANTE: 6,2 e 3,1 cm (Livre - em verde, Ocupado em vermelho)

QUANTIDADE: 02 placas com o título "Sala de Reunião", (Livre - em verde, Ocupado em vermelho) e 02 placas conforme o arquivo em anexo Placas corregedoria.pdf (SEI Nº 40578852)

TIPOLOGIA: A tipologia utilizada para o nome da sala é a Fira Sans Light, Tamanho: 60pt, justificada à direita e subtexto opcional em Fira Sans Regular, tamanho: 25pt, ambos justificados à direita, respeitada a margem de 10mm da borda da placa.

- **Subitem 1.2.: Letra caixa com Emblema da PRF**

Letra caixa com Emblema da PRF. Inclui serviço de remoção do adesivo anterior e instalação da nova aquisição. Deverá ter com 5 anos de garantia contra corrosão. Medida: L = 123 cm A = 150 cm

Serviço de confecção e instalação de letras tipo caixa fabricadas em chapa de aço, bitola #22. Fixação à parede através de suportes especiais em pino utilizando um gabarito para furação na superfície onde será instalada para garantia de espaçamento e alinhamento. Logo com adesivo aplicado e envernizado. O emblema será afixado em altura correspondente ao terceiro andar do prédio. Toda a infraestrutura de frete e instalação deverá ser fornecida pela contratada.

TIPOGRAFIA: Foi convencionada a família de fontes Swis721 para compor as inscrições do Emblema PRF. Na inscrição "POLÍCIA" deverá ser usada a fonte Swis721 Black Extended com modificações para compor o acento da letra "i". A mesma fonte é usada para compor as inscrições "RODOVIÁRIA" e "FEDERAL", com curvaturas harmônicas ao listel.

EMBLEMA OFICIAL PRF: 70% da altura da área onde será feita a aplicação.

Malha de Construção 0 10 20 24 12 A malha de construção permite a visualização e análise dos espaçamentos e proporções entre os elementos que compõem o emblema. A malha do emblema da Polícia Rodoviária Federal é constituída por 20 módulos na horizontal e 24 na vertical. (Ver Página 30, 31 e 36 MIV, em anexo Nº SEI 39761980.).

No emblema da PRF deverá ainda ser aplicado adesivo impresso em alta resolução, em UV, envernizado após a aplicação

Fachada atual: local de remoção e instalação, em altura, equivalente ao terceiro andar do prédio. A CONTRATADA será inteiramente responsável pela instalação/fixação do elemento na fachada externa do prédio, bem como pelo dimensionamento da estrutura e segurança de todo o sistema, bem como dos seus funcionários.

- **Subitem 1.2.1.: Letra caixa com Letras da PRF.**

Letra caixa com Letras da PRF (cor branca) , fabricada em chapa de aço, bitola #22, serviço de confecção, remoção do adesivo anterior e instalação da nova, com 5 anos de garantia contra corrosão . Medida: L = 55cm A = 60 cm (01 Conjunto de letras escrito PRF)

As letras serão fornecidas pintadas, com pintura eletrostática.

- **Subitem 1.3.: Adesivo Mapa estratégico com impressão digital**

Adesivo Mapa estratégico com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas, serviço de confecção, remoção da película anterior e instalação das novas películas em área de vidro Medida: L = 100 cm A = 65 cm

MATERIAL: Adesivo com impressão digital de alta resolução aplicado entre lâminas de vidro. ;

Será comprado apenas os adesivos das placas, pois serão substituídas das placas já existentes. Retirada dos adesivos desatualizados dos vidros e substituição pela impressão atual (total de 06);

LOCALIZAÇÃO: SUPLEX, Superintendente, 1ª Delegacia, 2ª Delegacia, UOP Ceilândia, UOP de Simolândia.

- **Subitem 1.4.: Adesivo Missão, Visão e Valores com impressão digital**

Adesivo Missão, Visão e Valores com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas, serviço de confecção, remoção da película anterior e instalação das novas películas em área de vidro Medida: L = 60 cm A = 40 cm

MATERIAL: Adesivo com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas;

Será comprado apenas os adesivos das placas, pois serão substituídas das placas já existentes. Retirada dos adesivos desatualizados dos vidros e substituição pela impressão atual (total de 14);

**LOCALIZAÇÃO:** A placa ficará localizada na área interna fixada na parede de todas as edificações PRF, em local de visualização estratégica. Para cada Unidade Operacional serão entregues duas placas e na superintendência serão (frente do protocolo - térreo, 1º, 2º, 3º e 4º andares, salas dos chefes da: SAD, SEOP, GABINETE, Superintendente, NUCOM, 1ª Delegacia, 2ª Delegacia, UOP Ceilândia, UOP Simolândia.)

- **Subitem 1.5.: Sistema de Sinalização Modular nos andares**

Sistema de Sinalização Modular nos andares. Serviço de confecção e instalação de sistema de sinalização modular (permite o remanejamento das informações de uma placa para outra pela própria Administração, reduzindo custos de manutenção), composto por perfis de alumínio extrudado anodizado fosco, evitando o uso de material brilhoso e de alta reflexão, conforme item 5.2.9.1.2.2 da ABNT NBR 9050:2015, com 5 anos de garantia contra corrosão. Medida: L = 50 cm A = 74 cm

MEDIDA PADRÃO: 50 x 74 cm

SISTEMA: Flex Plano 9,3 cm e 3,1cm

Flex Plano Deslizante 6,2 cm

MATERIAL EXTRA: Capa anti-reflexo

PERSONALIZAÇÃO: Régua 3,1cm: impressão de adesivo vinílico

Régua 6,2cm (deslizante): impressão em papel couchê AP240

Régua 9,3 cm: impressão em adesivo vinílico, cor bbbec0

ACABAMENTO LATERAL: ABS Cinza

FONTE E COR DAS LETRAS: Fira Sans Medium Azul PRF

INSTALAÇÃO: aplicação contraposta, colada com fita dupla face na superfície a ser instalada

DESCRIÇÃO DAS PLACAS DE 6,2 CM:

- TÉRREO: Atendimento ao Público; Comando e Controle; Gestão Patrimonial.

- 1º ANDAR: Administração; Frota Veicular; Infraestrutura Predial; Licitação; Gestão de Pessoas; Saúde do Servidor; Refeitório; Sala de Colaboradores.

- 2º ANDAR: Tecnologia da Informação e Comunicação; Operações, Gestão Operacional; Segurança Viária; Comando de Operações Especiais; CADA; JARI.

- 3º ANDAR: Corregedoria; Inteligência; Comunicação Social; Superintendência Executiva; Educação Corporativa; Governança e Controle Interno; Chefia de Gabinete; Gabinete do Superintendente

- 4º ANDAR: Auditório; Sala de Instrução.

- **Subitem 1.6.: Placas de vidro - Fotos do Presidente e do MJSP**

Placas de vidro - Fotos do Presidente e do MJSP - 2 lâminas de vidro temperado de 4mm cada e adesivo com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas (incluir as fotos). FIXAÇÃO em 4 Espaçadores cromados (2cm afastamento da parede). Sendo 2 fotos do Presidente da República e 2 fotos do Ministro da Justiça e Segurança Pública. Foto disponível na página <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanheoplanalto/foto-oficial> Medida: L = 40 cm A = 60 cm

MATERIAL: 2 lâminas de vidro temperado de 4mm cada e adesivo com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas (incluir as fotos);

FIXAÇÃO: Espaçadores cromados;

TAMANHO: 40 (largura) x 60 cm (altura). Foto proporcional.

QUANTIDADE: 02 do presidente e 02 do Ministro da Justiça e Segurança Pública.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme abaixo:

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)	VALOR estimado UNITÁRIO (B)	VALOR estimado TOTAL (A*B)	VALOR MAX ADMITIDO DO ITEM
	1	Sistema de Sinalização Modular.	50	R\$ 237,00	R\$ 11.850,00	
	2	Letra caixa com Emblema da PRF	01	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	
	3	Letra caixa com Letras da PRF	01	R\$ 2.870,00	R\$ 2.870,00	
1	4	Adesivo Mapa estratégico com impressão digital	06	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00	R\$ 36.467,00
	5	Adesivo Missão, Visão e Valores com impressão digital	14	R\$ 120,00	R\$ 1.680,00	
	6	Sistema de Sinalização Modular nos andares	05	R\$ 1.927,00	R\$ 9.635,00	
	7	Placas de vidro - Fotos do Presidente e do MJSP	04	R\$ 1.558,00	R\$ 6.232,00	

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 36.467,00

Planilha Demonstrativa de Valores

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### JUSTIFICATIVA SUBITENS

Os subitens fazem parte do serviço a ser contratado - confecção e instalação de comunicação visual. Todos os subitens necessitam de padronização quanto ao material, a cor e qualidade, sendo tecnicamente exigível que sejam todos feitos pela mesma empresa. Ademais, a coleta de orçamentos foi realizada prevendo-se vantajosidade na contratação de um único item, com contratação do serviço e ganho em economia de escala a partir do aproveitamento de materiais pelos fornecedores (chapas metálicas, adesivos, plotters, mão de obra). É prática de mercado que a aquisição individualizada encarece o objeto, justamente devido ao desperdício de material, visto que os insumos neste tipo de fabricação, são vendidos em metragens padronizadas para confecção em larga escala. Junta-se a isso o custo de frete e de instalação, que, unificado em um único serviço, é diluído no preço final.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

não se aplica

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição não encontra-se registrada no PGC/PAC 2022, assim, será solicitada sua inserção tardia.

Trata-se de demanda em razão da deterioração natural da comunicação visual externa, que estragou em razão do clima e de comunicação para áreas faltantes.



## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Melhora da comunicação visual social aprimorada

Melhora da comunicação com o público interno

Adequação dos ambientes conforme Manual de Identidade Visual - versão 6.0 (MIV v6.0)

## 13. Providências a serem Adotadas

Remoção, pela contratada, do emblema do atual logotipo da PRF, afixado na fachada externa, e já deteriorado em razão do clima.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Trata-se de demanda apresentada por meio do Projetos - Documento de Oficialização da Demanda NUCOM-DF (41427124), e após elaborado este ETP, a Equipe de Planejamento declara ser viável esta contratação. Tal viabilidade se justifica, tendo em vista que os serviços pretendidos são considerados usuais a todos os órgãos público, inclusive na iniciativa privada, sendo que podem ser prestados por uma ampla quantidade de empresas do mercado, e se encontram objetivamente definidos neste instrumento e seus anexos, por meio de especificações comuns de mercado.

## 16. Responsáveis

Portaria 132 (42475596)

FERNANDA PATRICIA ALVES SANTANA  
PRF

Portaria 132 (42475596)

MONICA MATTOS PELEGRINI  
PRF

Portaria 132 (42475596)

MARCO ANTONIO FORLIN PEREIRA  
PRF

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MAPA ESTRATEGICO\_2021\_final3.pdf (1.29 MB)
- Anexo II - PLACAS TERREO.pdf (264.76 KB)
- Anexo III - PLACAS 1 ANDAR.pdf (530.22 KB)
- Anexo IV - PLACAS 2 ANDAR.pdf (278.4 KB)
- Anexo V - PLACAS 3 ANDAR.pdf (232.67 KB)
- Anexo VI - PLACAS CORREGEDORIA.pdf (9.9 MB)
- Anexo VII - PLACAS 4 ANDAR.pdf (119.99 KB)

**Anexo I - MAPA ESTRATEGICO\_2021\_final3.pdf**



# MAPA ESTRATÉGICO

Polícia Rodoviária Federal 2021-2028

## > Missão

Promover a segurança pública, protegendo vidas, garantindo a mobilidade nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União.

## > Visão

Ser referência em inovação, conhecimento e efetividade na segurança pública.

## > Valores

Transparência  
Respeito  
Integridade  
Profissionalismo  
Excelência



## ENTREGAS INSTITUCIONAIS



### SOCIEDADE E GOVERNO

Prevenção e combate qualificado ao crime e às organizações criminosas.

Garantia de trânsito seguro e livre mobilidade nas rodovias federais.

Aprimoramento tecnológico da inteligência e do conhecimento em segurança pública.



## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



### PROCESSOS INTERNOS

Aperfeiçoar as estratégias e os procedimentos para o enfrentamento à criminalidade.

Alavancar as ações para promover mobilidade e segurança viária nas rodovias federais.

Promover a integração e a cooperação interagências nacionais e internacionais.



### PESSOAS/ RECURSOS

Promover a proteção, a valorização e o reconhecimento de nossos profissionais.

Fortalecer a estrutura e a cultura organizacional com foco em resultados.

Investir em soluções tecnológicas inovadoras, seguras, inteligentes, integradas e articuladas com as áreas de negócio.

## **Anexo II - PLACAS TERREO.pdf**



**PRF**

C3R

Centro de Comando e Controle Regional



**PRF**

Protocolo





**PRF**

Patrimônio



**PRF**

Almoxarifado



**PRF**

Sala de Descompressão



**PRF**

Depósito

**Anexo III - PLACAS 1 ANDAR.pdf**



**PRF**

SAD

Chefe da Seção de Administração



**PRF**

SAD

Gestão de Contratos



**PRF**

SAD

Orçamento e Finanças





**PRF**

SAD

Infraestrutura Predial



**PRF**

SAD  
Licitação



**PRF**

SAD

Gestão de Frota



**PRF**

SAD

Gestão Patrimonial



**PRF**

SAD

Gestão Documental



**PRF**

SGP

Seção de Gestão de Pessoas



**PRF**

SGP

Chefe da Seção de Gestão de Pessoas



**PRF**

SGP

Prosserv





**PRF**

**NUSSAP**

Núcleo de Saúde do Servidor e Administração de Pessoal



**PRF**

**NUSSAP**

Chefe do Núcleo de Saúde do Servidor e Administração de Pessoal



**PRF**

Colaboradores



**PRF**

Refeitório

**Anexo IV - PLACAS 2 ANDAR.pdf**



**PRF**

SETIC

Seção de Tecnologia da Informação e Comunicação



**PRF**

SETIC  
Monitoramento



**PRF**

Data Center





**PRF**

SEOP

Chefe da Seção de Operações



**PRF**

SEOP

Seção de Operações



**PRF**

CADA

Comissão de Análise de Defesa da Autuação



**PRF**

**NPP**

Núcleo de Processamento do Policiamento



**PRF**

JARI

Junta Administrativa de Recursos de Infrações



**PRF**

COE

Núcleo de Comando de Operações Especiais



**PRF**

COE

Chefe do Núcleo de Comando de Operações Especiais



**PRF**

GMT

Grupo de Motociclismo Tático





**PRF**

URSV

Núcleo de Segurança Viária



**PRF**

# URGO

Núcleo de Gestão Operacional



**PRF**

**NPA**

Núcleo de Prevenção de Acidentes

**Anexo V - PLACAS 3 ANDAR.pdf**



**PRF**

SEINT

Seção de Inteligência



**PRF**

SEINT

Chefe da Seção de Inteligência



**PRF**

SEINT

Operações



**PRF**

**NUCOM**

Núcleo de Comunicação Social





**PRF**

NEC

Núcleo de Educação Corporativa



**PRF**

SUPEX

Superintendência-Executiva



**PRF**

# SUPERINTENDÊNCIA

Gabinete do Superintendente



**PRF**

Chefia de Gabinete



**PRF**

**NGCI**

Núcleo de Governança e Controle Interno

**Anexo VI - PLACAS CORREGEDORIA.pdf**

28,5 cm



**PRF**

6,2 cm

Corregedoria

Assuntos Internos

6,2 cm

**ENTRE**

3,1 cm

15,5 cm

28,5 cm



**PRF**

**Corregedoria**  
Assuntos Internos

**EM AUDIÊNCIA**

6,2 cm

6,2 cm

3,1 cm

15,5 cm



28,5 cm



**PRF**

6,2 cm

Corregedoria

Corregedor(a) Regional

6,2 cm

**ENTRE**

3,1 cm

15,5 cm

28,5 cm



**PRF**

Corregedoria

Corregedor(a) Regional

**EM AUDIÊNCIA**

6,2 cm

6,2 cm

3,1 cm

15,5 cm

## **Anexo VII - PLACAS 4 ANDAR.pdf**



**PRF**

Auditório



**PRF**

Sala de Instrução